

## **Um panorama da arrematação de lavras de ouro nas Minas do Serro do Frio, Minas Gerais, Brasil, 1702-1714**

**An overview of the arendforesting of gold mines in Minas do Serro do Frio, Minas Gerais, Brazil, 1702-1714**



BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo\*

 <https://orcid.org/0000-0002-7652-1959>

**RESUMO:** Oferecemos um panorama geral dos primeiros anos da ocupação do território das minas do Serro do Frio (Vila do Príncipe, Serro/MG), núcleo populacional que em 1720 formou a capital da Comarca do Serro do Frio. O estudo narra a presença de dois grupos nas minas serranas: o primeiro, formado pelos arrematadores de braças de terras de lavras de ouro nos ribeiros e, o segundo, formado pelos emigrantes portugueses. A metodologia de pesquisa fundamenta-se em pesquisa bibliográfica com construção de tabelas/quadros quantitativos e analíticos e usa dois conceitos importantes, o de dinâmicas de mestiçagens para dar conta do fenômeno das sociabilidades no território das minas de ouro e o de jeito barroco serrano de ser, para dar conta dos encontros culturais formadores da civilização serrana do século XVIII. O resultado apresenta-se *pari passu* à narrativa e culmina com a noção de dinâmicas de mestiçagens e jeito barroco serrano de ser.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil Colônia; História cultural; minas do Serro do Frio; emigração portuguesa.

**ABSTRACT:** We offer an overview of the first years of the occupation of the territory of the Serro do Frio mines (Vila do Príncipe, Serro/MG), the population that formed the capital of the Serro do Frio District in 1720. The study narrates the presence of two groups in the mountainous mines: the first, formed by the bidders of gold mining lands in the streams and the second formed by Portuguese emigrants. The research methodology is based on bibliographic research with the construction of quantitative and analytical tables /charts and uses two important concepts, the dynamics of miscegenations to account for the phenomenon of sociability in the territory of the gold mines and mountainous baroque way of being, to account for the cultural encounters that formed the 18th century mountainous civilization. The result is presented *pari passu* to the narrative and culminates with the notion of miscegenations dynamics and “jeito barroco serrano” of being.

**KEYWORDS:** Brazil Colony; Cultural history; mines of Serro do Frio; Portuguese emigration.

*Recebido em:12/05/2022*  
*Aprovado em:17/06/2022*

---

\* Doutor em Educação. Belo Horizonte/MG. Professor do IFMG *campus* Santa Luzia. E-mail: [doserro@hotmail.com](mailto:doserro@hotmail.com).



## Introdução<sup>1</sup>

Os costumes minerais descritos e consagrados no *Regimento dos Superintendentes, Guarda-mores e Deputados* de 1702 (CÓDICE COSTA MATOSO, 1999, p. 313-324) criaram nas minas do Serro do Frio uma regulação de registros e processos para consultar escritos com as sagradas letras dos escrivães em livros que deviam ser mostrados como provas dos recolhimentos de quintos, de dízimos, das arrematações.

Quantos livros circularam nas minas do Serro do Frio de 1702 até 1714?

É difícil precisar, pois os cargos militares de ordenanças exigiam livros próprios para atos oficiais, para suas diligências; não encontramos em arquivos públicos a movimentação dos processos da cadeia – o que parece ter sido um rancho provisório até 1714 – com alvarás de prisão e de soltura ou mesmo envio de presos para São Paulo, se é que houve, de fato. Em 1713, por exemplo, com a criação da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, mais livros serão escritos pelos padres e seus assistentes – de batismo, de casamentos e de óbitos.

Temos poucos livros em arquivos públicos para remontar o cenário da extensa rede burocrática portuguesa que foi se instalando na pousada sabarense ou minas serranas. As cartas circulavam com provisões, reclamações, ordens régias, decretos, normatizações de toda sorte. Levavam dias para chegar até as mãos dos descobridores e para se tornarem realidade levava meses, considerando as distâncias entre os primeiros arraiais que surgiam ditados pelas pintas de ouro no território, às margens dos ribeiros e sempre com disputas pelo primado dos descobertos. Descobrir novas lavras segundo o *Regimento* de 1702 era ter a oportunidade de conquistar privilégios concretos de exploração e de galgar cargos públicos na lógica da administração portuguesa das minas de ouro.

Podemos dividir, grosso modo, os oficiais da Coroa portuguesa e os aventureiros do ouro advindos de várias partes do Brasil e de Portugal. O primeiro grupo era formado pelos descobridores que tiveram a primazia das lavras de ouro: Antônio Soares Ferreira, João Soares Ferreira. Manuel Corrêa Arzão, o procurador da Fazenda Real Baltazar de Lemos de Moraes Navarro e seu escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo. Nosso estudo trata do segundo grupo, os aventureiros do ouro, chegados às minas serranas para arrematarem lavras e explorarem o ouro nos ribeiros, com seus escravos, na maioria da “qualidade” mina, ou seja, especializados em mineração.

A fim de traçar um perfil desse grupo, investigamos os documentos da época, em especial os livros de registros oficiais que davam conta ao Governo-geral da Bahia das

---

<sup>1</sup> Artigo de pesquisa relacionado ao estágio pós-doutoral pelo Departamento de Pós-Graduação em História da UFMG (2022-2023).

movimentações de compra e venda e rendimentos dos quintos nas minas serranas. Descrevemos este universo cultural fundamentando nossa discussão em torno das relações de poder com o primeiro grupo de bandeirantes paulistas e guiados pela interpretação do *Regimento* de 1702. Além disso, propomos analisar a presença dos portugueses em emigração para o Brasil e que se estabeleceram nas minas de ouro serranas.

Para tal estudo, fundamentamos nossa análise no conceito de “dinâmicas de mestiçagens” (PAIVA, 2015, p. 41-42) para explicar os trânsitos culturais e as novas sociabilidades que se formaram em torno das lavras de ouro; e utilizamos também a noção de formação da civilização serrana<sup>2</sup> em torno da noção de jeito barroco serrano de ser,<sup>3</sup> baseada em comportamentos e relações sociais, políticas e religiosas típicas dessa população que se estabeleceu em torno das minas de ouro no território do que veio a ser a Vila do Príncipe em 1714 e a capital da Comarca do Serro do Frio em 1720.

### Os arrematadores de braças de terras

Os homens mais opulentados – leia-se com muitos escravos e oitavas de ouro para negociação – chegavam às minas do Serro do Frio e arrematavam braças de terras. Tudo era calculado por cabeça de escravo, que de certa forma determinava a capacidade de exploração da lavra ou data, bem como os rendimentos para a Fazenda Real.

Assim, o maior arrematador de braças de terras dos primeiros anos das minas serranas foi Manuel do Vale Neves, testamenteiro de um certo Araújo Costa, no Ribeirão de Santo Antônio, que por 30 braças pagou 350 oitavas de ouro. Provavelmente, suas lavras tenham sido as maiores das minas do Serro do Frio nesse período, pois contrasta e muito com a média dos outros arrematadores (Quadro 1). Todos esses homens assinaram

---

<sup>2</sup> Trata-se de identificar no século XVIII estruturas ontológicas expressas nas relações de poder (o funcionamento do sistema das mercês ou do dom), no conjunto de aspectos peculiares das formas de ver o mundo (cosmologia centrada na divisão social de cunho racial baseada na compreensão do “sangue infecto”), de interpretar e vivenciar as sociabilidades inerentes à religiosidade (teologia tridentina de caráter popular centrada na figura do padre e do padroado), enfim, a diferenciação da colonização serrana em contraste com outras áreas de Minas Gerais e do Brasil, em que foi possível a partir do descobrimento estabelecer relações entre a comunidade e o meio, espalhadas pela região serrana, o Norte de Minas Gerais, ou mesmo o termo da Vila do Príncipe ou a Comarca do Serro do Frio. Ver: SILVA; SILVA (2009, p. 59-62).

<sup>3</sup> Segundo Briskievicz (2022, p. 80), trata-se de se perguntar “qual é a arquitetura do jeito barroco serrano de ser que se expressa em seus edifícios construídos desde o século XVIII? Qual a relação entre o jeito barroco serrano de ser e a maneira de construir a sua habitabilidade? Quais os conflitos do jeito barroco serrano de ser, sejam eles raciais, econômicos, religiosos, existenciais, expressam-se na forma de urbanizar as encostas do morro ensolarado, enfileirando suas ruas e becos para o alto e para frente? Essas são as questões fundamentais para esboçar uma história serrana que tenha por suporte o jeito barroco serrano de ser no tempo e no espaço, a fim de discutir a constituição ontológica do homem serrano em seu ajustamento ao seu habitat. Buscamos escrever uma história que evidencie minimamente as interações entre o ser em travessia pelo habitável e pelo habitado cujo produto transitório – posto que a obra humana é sempre finita e sujeita ao perecimento – é a cidade do Serro”.

o próprio nome, mostrando que sabiam ler e escrever. Eram alfabetizados, dominavam as primeiras letras num contexto em que essa instrução talvez não fizesse diferença para esses aventureiros do ouro.

Antônio da Silva Carneiro arrematou 30 braças de terras no Ribeirão de Nossa Senhora da Conceição por 60 oitavas de ouro. Também arrematou os dízimos<sup>4</sup> agrários por 350 oitavas. Foi quintado em 25 oitavas, de um total de 120 oitavas que havia retirado de suas lavras em 1705; em 1706 foi quintado em suas 40 oitavas de ouro, pagando 8 à Fazenda Real. Nos anos de 1705 e 1706 a vida financeira deste mineiro estava a todo vapor, investindo em arrematações, lavrando ouro, comercializando escravos. Silva (1928, p. 11-12, grifos do autor) registrou sua permanência nas minas do Serro do Frio por toda sua vida, como ele mesmo sugere:

Numa vereação de 1738 o procurador requereu fossem notificados todos os moradores da Vila, *desde a ponte do arraial de Baixo, casas de Antônio da Silva Carneiro...* afim de fazerem suas testadas. Ora, esta ponte do arraial de Baixo, esta casa de Antônio da Silva Carneiro, estão próximas de poucos metros do córrego da Conceição onde Carneiro minerava em data sua.

Carneiro permaneceu na Vila do Príncipe por mais de trinta anos.

Domingos Pereira de Barros<sup>5</sup> arrematou 15 braças de terras no Ribeiro do Bom Jesus de Iguapé em 1704, por um valor relativamente alto de 40 oitavas.

Hilário Pinto de Almeida<sup>6</sup> compartilhou as margens do Ribeiro de Nossa Senhora da Conceição com Antônio da Silva Carneiro, arrematando 30 braças de terras por 22 oitavas. Segundo Franco (1989, p. 26), “bandeirante baiano que andou no Serro-Frio, no primeiro quartel do século XVIII em busca de ouro”.

José Borges Pinto arrematou 30 braças de terras por 35 oitavas de ouro para minerar lavras no Ribeiro de Bom Jesus de Taubaté.

---

<sup>4</sup> Segundo Carrara e Santiró (2013, p. 171-172), “no que respeita aos dízimos do Brasil, deve-se fazer uma distinção fundamental: até o descobrimento do ouro nos anos finais do século XVII, os dízimos correspondiam fundamentalmente à produção dos gêneros agrícolas destinados à exportação (açúcar e tabaco, principalmente). [...] Se no início os dízimos eram arrendados pelo valor estimado do conjunto da produção agrícola brasileira, a partir de 1628 o arrendamento ajustou-se à produção agropecuária de cada capitania. O sistema de cobrança e pagamento era simples: uma vez celebrado o contrato dos dízimos, o arrendatário estava obrigado a pagar trimestralmente nas provedorias o valor correspondente até alcançar o montante total contratado. [...] Em Minas Gerais, por seu turno, a Real Fazenda só recebia o pagamento na moeda usual da capitania: ouro em pó. Em geral, um problema rondava permanentemente a prática dos contratos: as fraudes nas arrecadações das rendas reais. Não é exagerado afirmar que estas práticas eram inerentes ao sistema de cobrança de tributos. Contudo, o maior dos problemas enfrentados pela Real Fazenda, e não só em relação aos dízimos, foi a isenção fiscal pretendida pelas ordens religiosas. Os jesuítas já eram litigantes tradicionais, e em 1676 também requereram isenção os religiosos do Carmo da cidade da Bahia, alegando ser mendicantes. Estes problemas foram enfrentados pela Real Fazenda até o século XVIII”.

<sup>5</sup> Ver: LEME. *Genealogia Paulistana*, “Pereira de Barros”, v. 3<sup>o</sup>, p. 275.

<sup>6</sup> Ver: LEME. *Genealogia Paulistana*, “Pinto de Almeida”, v. 3<sup>o</sup>, p. 451.

Manuel do Vale Neves, como já dito logo acima, foi o maior arrematador de lavras registrado em livro oficial da Fazenda Real. Ele pagou 350 oitavas por 30 braças de terras no Ribeirão Santo Antônio para os filhos de um certo Araújo Costa, do qual foi testamenteiro, não nas minas do Serro do Frio, mas do arraial ou vila de seu testador.

Manuel Antunes de Almeida, por seu procurador Antônio da Costa do Amaral, arrematou 30 braças de terras por 128 oitavas de ouro para lavrar ouro no Ribeiro da Purificação de Nossa Senhora.

O capitão Sebastião Leme Bahim era camarada ou sócio de Francisco Romeiro Guellas, pois foi seu fiador e principal pagador de sua arrematação de 128 oitavas de ouro por 30 braças de terras no Ribeiro da Purificação de Nossa Senhora. No mesmo ano de 1705 arrematou 30 braças de terras no Ribeiro de Nossa Senhora da Graça, por um valor bem menor, de 32 oitavas.

**Tabela 1 – Receita da Fazenda Real – Minas do Serro do Frio e Tucambira – Arrematação de braças de terras e dízimos – 1702-1712**

	Data	Arrematante	Escreve e lê		Oitavas	Braças/Lugar
1	16/05/1704	Domingos Pereira de Barros	Sim		40	15 Ribeiro do Bom Jesus de Iguapé
2	05/08/1704	Manuel Antunes de Almeida por seu procurador Antônio da Costa do Amaral	Sim		128	30 Ribeiro da Purificação de Nossa Senhora
3			Sim			
4	05/08/1704	Hilário Pinto de Almeida	Sim		22	30 Córrego Nossa Senhora da Conceição
5	27/10/1707	Manuel do Vale Neves testamenteiro do defunto ... de Araújo Costa	Sim		350	30 Ribeirão de Santo Antônio
6			Sim			
7	22/03/1705	Capitão Sebastião Leme Bahim fiador e principal pagador de Francisco Romeiro Guellas	Sim		40	30 Ribeiro de São Bento
8			Sim			
9	15/07/1705	José Borges Pinto	Sim		35	30 Ribeiro do Bom Jesus de Taubaté
10	10/09/1705	Capitão Sebastião Leme Bahim	Sim		32	30 Ribeiro de Nossa Senhora da Graça
11	09/10/1705	Antônio da Silva Carneiro	Sim		350	Dízimos do ano [vencido em agosto]
	../11/1705	Antônio da Silva Carneiro			60	30 Ribeiro de Nossa Senhora da Conceição
<b>Total</b>			<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>1057</b>	<b>225 braças</b>

Fonte: Livro da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucambira, 1702 (PINTO, 1902, p. 939-962).

Do grupo dos arrematadores de braças de terras de lavras de ouro a maioria era paulista do Vale do Paraíba, que atualmente engloba as cidades de São José dos Campos, Taubaté, Jacareí, Pindamonhangaba, Caçapava, Lorena, Ubatuba, São Sebastião, Cruzeiro, Guaratinguetá, Caraguatatuba, Campos do Jordão, Tremembé e Aparecida. Contudo, as

minas do Serro do Frio foram conquistadas em 1702 por bandeirantes paulistas de Taubaté que fizeram antes sua pousada no Rio das Velhas, em Sabará ao final do século XVII.

Assim, em torno de Taubaté vários aventureiros do ouro acostumados aos sertões e apresamento de gentios ou indígenas acabaram por tentar sua vida nas minas de ouro. A história do Vale do Paraíba e de Taubaté ajuda a explicar as relações de poder que vão se deslocar para as minas do Serro do Frio. Antes dos portugueses, a primeira geração de desbravadores dos sertões das minas gerais foram os paulistas de Taubaté. Mas porque essa centralidade dos paulistas de Taubaté no descobrimento do ouro nas minas do Serro do Frio? Durante o reinado de D. Pedro II (1668-1706), cinco programas de estímulo ao desenvolvimento da colônia brasileira foram estabelecidos a fim de aumentar os rendimentos da Coroa portuguesa:

1. novo programa de incentivo à caça ao ouro; 2. criação da Colônia do Sacramento, visando a atrair o comércio da prata peruana; 3. encorajamento ao cultivo de sementeiras transportadas do Extremo Oriente para as capitanias do norte do Brasil, tentando desenvolver o cultivo de especiarias na América Portuguesa; 4. instituição da Junta do Tabaco, no esforço de explorar um melhor produto que pudesse ajudar a preencher a lacuna deixada pela economia do açúcar, em franco declínio; 5. tentativa de recuperar o contrato do monopólio de fornecimento de escravos africanos. [...] Há décadas vinha se processando a procura da riqueza mineral no Brasil, ocorrendo descobertas de metais e pedras preciosas nas imediações de São Paulo, de Santana de Parnaíba, do vale do Ribeira e da baía de Paranaguá, mantendo vivo o sonho da existência de mais riquezas nas longínquas terras do interior. [...] Os colonos foram incessantemente estimulados à descoberta de riqueza mineral. Ofertas de títulos de nobreza e outras formas de recompensa atuaram como incentivo para os sertanistas que, finalmente, puseram a descoberto os grandes tesouros das minas de Cataguazes em 1693/1695. Taubaté, elevada à condição de vila desde 1645, foi um dos polos de irradiação, bem como São Paulo e São Vicente e, posteriormente, Itu e Sorocaba. Coube aos taubateanos as primeiras descobertas das minas de Cataguazes. Expedições atravessaram a serra da Mantiqueira pelas gargantas do Sapucaí ou do Embaú. Do vale do Paraíba partiram centenas de “entradas” e “bandeiras”, dirigindo-se às minas. [...] De Guaratinguetá, partiram expedições às minas, bem como da nascente povoação de Pindamonhangaba. O chamado Caminho Velho para as minas de Cataguazes, apresentava o seguinte roteiro: de Taubaté ia-se até a freguesia de Piedade (atual Lorena) e dali cruzava-se a Mantiqueira em direção ao sertão das minas. Não havia um caminho direto entre as minas e o Rio de Janeiro, o que obrigava o trajeto inverso: Minas / Piedade (Lorena) / Taubaté / Facão (Cunha) / Parati / Rio de Janeiro (BUENO, 2009, p. 266-267).

Os paulistas de Taubaté dominaram as minas de ouro das minas gerais e fizeram o mesmo nas minas do Serro do Frio. Estavam acostumados às lavras, a inspeção das pintas de ouro nos leitos dos rios. Foram eles que, com o passar dos anos ao final do século XVII, demandaram escravos africanos para o aprimoramento das técnicas de exploração, substituindo progressivamente a escravidão dos indígenas pela escravidão intercontinental ou transatlântica. O modelo de ocupação das minas de ouro usado nas

minas gerais e minas do Serro do Frio foram experimentadas primeiramente em território paulista. Por isso:

A Casa dos Quintos (1695) foi destinada a Taubaté, ponto obrigatório de passagem, e, a seguir, a Casa de Fundição (1697). O objetivo era combater a sonegação, legalizando o metal e cobrando a conhecida quinta parte destinada à Coroa. Durante os fins do século XVII, Taubaté funcionou como o ponto oficial de manipulação e encaminhamento do metal ao reino. Tudo quanto se dirigisse às Minas passava por Taubaté, inclusive os próprios baianos que, nos primórdios da mineração, tendo passe livre no território aurífero, voltavam para sua terra entrando pelo rio São Francisco através de Taubaté. O mesmo acontecia com os gêneros alimentícios, roupas, animais e escravos, destinados ao longínquo sertão das Gerais. Foram os taubateanos os verdadeiros abastecedores das minas, e a rota do vale do Paraíba a mais importante em fins do século XVII e nas três primeiras décadas do século XVIII. Embora severamente vigiado, sonegava-se o ouro; e tornou-se ineficiente o procedimento utilizado na Casa de Fundição taubateana, que cunhava as barretas a martelo, viabilizando a fabricação de cunhos falsos. Portugal determinou, em 1702, que Taubaté fosse aparelhada com uma máquina de cunhar. Mas as dificuldades do trajeto (via Parati), dado as péssimas condições do Caminho do Facão, impossibilitaram o transporte do engenho cunhador para Taubaté. A permanência da máquina em Parati levou o capitão-mor a transferir a Casa dos Quintos e a de Fundição para o litoral [em 1704]. Na primeira década do século XVIII, os conflitos nos territórios auríferos – entre paulistas, reinóis e baianos – são indícios do fim do monopólio dos primeiros na região descoberta. A pequena sociedade urbana do vale do Paraíba, que durante décadas ferveu com o comércio, iniciou seu período de declínio (BUENO, 2009, p. 267-268).

Portanto, as minas do Serro do Frio tiveram seu território ocupado por paulistas que se deslocaram pelos sertões, expulsando e aprisionando indígenas. Parece que esta ocupação sugere um modelo de funcionamento: os bandeirantes provisionados pela Coroa portuguesa recebiam a autorização para os descobrimentos do território dos sertões, organizavam suas expedições militares com armas, escravos indígenas e africanos, ajudantes, oficiais da Fazenda Real ou seus procuradores, estabeleciam a primeira benfeitoria – uma pousada, pouso ou rancho – na beira dos rios que apresentavam grande pinta de ouro.

No caso das minas do Serro do Frio, a partir do *Regimento* de 1702, eram divididas as braças de terras de acordo com os seus artigos – primado para os descobridores, seguido de sorteio das lavras para os proprietários com mais de 12 escravos e depois o que restava para os demais mineiros. Com essa estrutura básica de funcionamento inicial das minas de ouro surgiu o território das minas do Serro do Frio e seu distrito.

A expansão acontecia no impulso de primar, ou seja, descobrir novos ribeiros com pintas de ouro e fazer fortuna. Seguiu-se, depois, a organização eclesiástica em torno de padres seculares e freis religiosos avulsos nas minas, que acabavam realizando missas, batizados, casamentos e missas de corpo presente nas ermidas e capelas de telhado de

palha. Contudo, esses padres seculares e de ordens religiosas foram expulsos do território mineiro por carta régia publicada em 9 de junho de 1711. A partir desse momento, somente padres seculares com paróquia podiam permanecer nas minas.

Por isso, a paróquia das minas do Serro do Frio começou oficialmente em 1713, com o seu primeiro vigário encomendado. O que seguia é o que conhecemos: a elevação das minas e de sua paróquia a vila. Os bandeirantes paulistas entregavam a administração do território para os oficiais do Senado da Câmara, mantendo seu prestígio e privilégios de militares e em alguns raros casos, também eram eleitos como oficiais por fazerem parte do grupo dos “homens bons” da vila.

Parece que havia uma intenção nesse funcionamento de se processar uma passagem gradual, contínua e inevitável da barbárie à civilização, do caos à ordem, do sertão para a colônia, das minas para a vila, da ermida para a capela, da capela para a matriz, dos bandeirantes para os oficiais da câmara, do improvisado para o ordenamento, da beira rio para o alto das montanhas, do centro dos descobrimentos para a periferia do distrito. Nas minas do Serro do Frio esse processo levou apenas 12 anos, de 1702 a 1714. Todo ele foi centrado nas decisões dos paulistas em ordenar o território e o espaço das minas de ouro, negociando diretamente com a Coroa portuguesa o seu ordenamento jurídico e a ampliação dos lucros através do uso crescente da escravidão africana (LEME, 1954; 2004; MAZZUIA, 1976; MONTEIRO, 1994; NEME, 1943; PUPO, 1969; QUADRO, 1995).

### **A organização do quinto do ouro e as emigrações**

O trânsito de aventureiros do ouro nas minas do Serro foi registrado no *Livro da Fazenda Real* pelo escrivão Lourenço Carlos Mascarenhas de Araújo. O procurador da Fazenda Real, representante do governo-geral do Brasil instalado em Salvador, na Bahia, era Baltasar de Lemos de Moraes Navarro. Os descobridores oficiais e guarda-mor Antônio Soares Ferreira, seu filho João Soares Ferreira e o capitão Manuel Corrêa Arzão prosseguiram na guardamoria das minas e de seu distrito. O registro do quinto do ouro revela a presença de aventureiros do ouro de todos os estamentos sociais dos primeiros anos do século XVIII. Podemos ensaiar, lembrando sempre que as minas de ouro recebiam gente de todo tipo e de todos os lugares, formando vários estratos dentro dos estamentos sociais.

Grosso modo, em termos de privilégio, poder e autoridade estavam os descobridores e os oficiais provisionados pela Coroa portuguesa; abaixo, os seus ajudantes, a milícia armada composta por homens de confiança do guarda-mor e depois do superintendente-mor das minas. Este era o estamento alto, pois aos rendimentos das

minas se somavam as remunerações da Coroa portuguesa. A princípio os oficiais não deviam minerar, apenas administrar, mas isso não foi regra seguida pelos descobridores e seus ajudantes nas minas serranas. Essa era a elite das minas serranas, até 1714.

Depois, o estamento médio, composto por paulistas que investiram sua fortuna nas lavras, seja por sorteio ou por arrematação, processo mais usual com o passar dos anos. Este grupo possuía vários estratos: havia letrados que podiam disputar entre si cargos de escrivão e tentar uma remuneração fixa do governo e os analfabetos; havia os padres seculares ordenados sacerdotes em dioceses e os padres religiosos ordenados sacerdotes em ordens religiosas; havia homens casados com família e propriedades no Vale do Paraíba e homens solteiros enviados por seus pais para conseguirem alguma fortuna nas minas; havia mulheres proprietárias de escravos em busca de pintas de ouro.

O estamento baixo era composto por trabalhadores manuais livres das minas, componentes essenciais da empreitada do ouro, pois eles recebiam os equipamentos comprados pelos proprietários das lavras e comandavam a administração das lavras, fiscalizando os serviços. Por outro lado, havia os trabalhadores manuais cativos das minas, os escravos, que tinham algum direito: alimentação e vestuário, moradia e proteção militar.

E, por fim, os “desclassificados do ouro”, os marginalizados das minas do Serro do Frio, a ralé. Segundo Souza (1986, p. 14), “o desclassificado social é um homem livre pobre – frequentemente miserável –, o que, numa sociedade escravista, não chega a apresentar grandes vantagens com relação ao escravo”. Eles ocupavam o imenso vácuo entre “os extremos da escala social, [...] caracterizada pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório”. Dessa forma, este desclassificado do ouro “ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por antieconômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil” (SOUZA, 1986, p. 63).

Durante o século XVIII, os estamentos sociais sofreram mais estratificações em seus agrupamentos, com a distribuição de novos privilégios com novos cargos na vila, aumentando a fiscalização através das ordenanças e as milícias da Casa de Fundição; entre os desclassificados do ouro a miséria aumentou, prejudicando ainda mais o acesso a trabalhos esporádicos, disputados cada vez mais por um número enorme de desocupados.

Retomemos o quadro geral dos pagadores do quinto do ouro. Eles faziam parte do estamento alto e médio das minas do Serro do Frio. No total, 48 nomes diferentes foram assentados no livro da Fazenda Real – nas folhas que restaram do documento transcrito pelo alferes Luiz Antônio Pinto – entre 1702 (2), 1703 (0), 1704 (8), 1705 (14), 1706 (19), 1707 (4), 1709 (1).

A partir das assinaturas nos assentos relativas aos seus declarantes, pudemos colher a informação sobre a alfabetização dos mineiros. Assim, dos 48 nomes: 46 homens, sendo 4 analfabetos, totalizando 9% entre eles; 2 mulheres, sendo 2 analfabetas, totalizando 100% entre elas e 4% do total. A taxa total de analfabetismo entre homens e mulheres era de 14%. O analfabetismo diz respeito nesse contexto a não conseguir assinar o próprio nome no registro oficial, solicitando a assinatura por um terceiro, “a rogo” ou fazendo um sinal de cruz entre a assinatura do escrivão, confirmando sua autenticidade.

No grupo dos padres seculares e religiosos – frei Columbano de Santa Escolástica, frei João Batista, Inocêncio de Carvalho e Sebastião Rodrigues Benavides – todos obrigatoriamente eram alfabetizados, sabendo ler e escrever o português, além de dominar o latim, língua oficial da igreja em seus ofícios divinos.

Outro dado importante é relativo ao destino do ouro que estava sendo quintado e levado em pó pelos declarantes. Trata-se de 54 registros de arrecadação no total do livro. A maioria, 22 (41%), afirmou levar o ouro em pó para a cidade da Bahia, ou seja, Salvador; 11 (20%) afirmaram que partiam para os currais da cidade da Bahia, ou seja, arredores de Salvador; 9 (17%) afirmaram que partiam para os Currais da Bahia; 7 (13%) registraram no livro a expressão “que leva” consigo; 5 (9%) afirmaram simplesmente “vai destas minas”; 2 (4%) partiram para Pernambuco.

Chama a atenção que, sendo a maioria dos mineiros paulistas do Vale do Paraíba a tirarem ouro nas minas do Serro do Frio, fosse informado que estão de partida ou vão enviar o ouro pelos caminhos da Bahia. Há duas hipóteses para essa afirmação majoritária: a primeira é que o ouro passaria por Sabará (Rio das Velhas), no caminho da Bahia, de lá indo até o Vale do Paraíba, onde os mineiros eram reconhecidos pelas autoridades locais<sup>7</sup>; a segunda é que se tratava de uma informação genérica de autorização prévia para a circulação do ouro, fora da região das minas do Serro do Frio, uma espécie de salvo-conduto dos portadores que levavam consigo a guia de recolhimento do quinto.

Por isso, o deslocamento de pessoas para as minas serranas foi majoritariamente nos seus primeiros anos de paulistas, com apenas dois registros para Pernambuco, sendo um padre secular, o reverendo Inocêncio de Carvalho (que levava uma fortuna em ouro em pó, cerca de 600 oitavas, ou cerca de 2,1 kg) e Domingos Lopes.

Outro grupo de declarações deixa subentendido que se tratava de pessoas que usariam o ouro quintado, ou seja, legalizado, para usá-lo nas minas do Serro do Frio. Entre

---

<sup>7</sup> A informação é referendada por Santos (2013, p. 64) sobre este caminho: “era um emaranhado de estradas, atalhos e picadas, que convergiam em direção ao rio São Francisco, tanto na sua parte baiana, quanto na mineira”; na p. 73 afirma que “até meados do século XVIII, a Vila Real de Nossa Senhora do Sabará era um ponto obrigatório para quem seguia rumo a Bahia”.

os assentos, 13% declararam “que leva” o ouro, ou seja, carrega consigo para destino não esclarecido. Se juntarmos o outro grupo dos 9% que afirmavam “vai destas minas” temos 19% de pessoas que parecem querer indicar aos oficiais da Fazenda Real sua circulação no distrito serrano das minas. Por isso, esses mineiros não temem a imprecisão da informação, uma vez que não serão revistados em “registros” por algum caminho pelo Brasil. Uma declaração falsa poderia gerar constrangimentos e prisões por ser considerado descaminho alfandegário do ouro.

Assim, se considerarmos o fluxo de pessoas pelas minas do Serro do Frio, 20% dos mineiros parecem indicar que o ouro seria usado para gastos pessoais na localidade: na construção ou melhoria de suas casas, na compra ou negociação de escravos, para a compra de alimentos, roupas, sapatos, utensílios para as lavras e hortas domésticas, para o pagamento aos padres pelos ofícios divinos e ministração dos sacramentos eclesiásticos como o batismo e o matrimônio e as missas de corpo presente para os recém-falecidos, para os mortos da família, para esmolas para os santos das ermidas e capelas. Por isso, não é de se estranhar que em torno das minas de ouro as vendas se fizessem presentes. Em 1718, havia pelo menos 30 vendas nas minas do Serro do Frio (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 70, n.p.; LIBBY, 2018, p. 316), das quais podemos concluir que ofertavam pequenos serviços de sapataria, alfaiataria, chapelaria, bem como material para aviamentos, produtos secos e molhados, além de bebida alcoólica.

Segundo Boxer (1963, p. 64), a corrida do ouro em Minas Gerais promoveu uma fuga dos oficiais mecânicos das maiores vilas e das cidades para as minas: “artesãos e técnicos iam aos bandos para as minas, procurando empregos melhor remunerados, e isso, por sua vez, aumentava o custo dos serviços essenciais no resto do Brasil”. As minas do Serro do Frio atraíam pessoas dispostas ao trabalho pago em ouro.

**Tabela 2 – Receita da Fazenda Real – Minas do Serro do Frio e Tucambira – Arrecadação dos quintos do ouro, alfabetização e destino – 1702-1712**

N.	Data	Nome	Lê e escreve?		Total Oit.	Quinto Oit.	Destino						
			Sim	Não									
1	18/09/1702	Antônio Camello	Sim		140	28	C						
2		Domingos de Brito da Costa	Sim										
3	09/10/1704	Francisco Barbosa	Sim		108	60 [?]	C						
4	09/10/1704	Pedro Vaz		Não	72	40 [?]	C						
5	10/10/1704	Hilário Pinto de Almeida	Sim		117	65 [?]	C						
6		por Jacinto Gonçalves	Sim										
7	10/10/1704	Martinho de Almeida		Não	45	25 [?]		S					
8	10/10/1704	Tomás Luiz Moreira	Sim		72	40 [?]		S					
9	01/12/1704	Gonçalo Viegas	Sim		650	130							
10	01/12/1704	Gonçalo Viegas por João Lopes Soeiro	Sim		500	100			B				
11	23/02/1705	Paulo Pires de Miranda	Sim		110	22			B				
12	28/03/1705	Francisco Teixeira de Abreu	Sim		100	20			B				



87%	13%	15233 ½ oitavas (a+b)	17 %	41 %	20 %	4 %	9 %	13 %
-----	-----	--------------------------	---------	---------	---------	--------	--------	---------

Fonte: Livro da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucambira, 1702 (PINTO, 1902, p. 939-962).

[?] Não há explicação para que este valor seja acima de 20%, ou seja, 1/5 do total apresentado. Legendas:

[C] Currais da Bahia; [S] Cidade da Bahia – Salvador; [B] Currais da Cidade da Bahia – arredores de Salvador; [P] Pernambuco; [V] Vai destas minas; [Q] Que leva.

Remontar a biografia de todos os aventureiros do ouro das minas do Serro do Frio registrados no *Livro da Fazenda Real destas minas do Serro e Tucambira* é praticamente impossível. Não há, infelizmente, um livro de controle da chegada desses homens e mulheres nas minas, antes, chegavam na base do improvisado, despertados pela corrida do ouro. Já vimos que os arrematantes de braças de terras eram, em sua maioria, paulistas do Vale do Paraíba.

Nos primeiros anos das minas do Serro do Frio, o fluxo de paulistas foi constante, com idas e vindas parte pelo caminho velho que dava depois na parte mineira dos caminhos da Bahia (Quadro 2). A fim de mapear minimamente a origem dos primeiros mineiros usamos como método de verificação sete fontes de pesquisa: o livro *Memória sobre o Serro antigo* (SILVA, 1928), os 220 cadernos do Arquivo Pessoal Maria Eremita de Souza, o Caderno 3 do Arquivo Pessoal Maria Eremita de Souza com relação de portugueses com testamentos na Vila do Príncipe feita pelo alferes Luiz Antônio Pinto, o *Livro da Fazenda Real das Minas do Serro do Frio e Tucambira* (PINTO, 1902), a *Genealogia Paulistana* (LEME, 1905), a *Nobiliarquia Paulistana* (LEME, 1980), o *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil* (FRANCO, 1989) e o livro *A arte da crônica e suas anotações* (BRISKIEVICZ, 2017).

Assim, dos 47 registros de quinto do ouro do Livro da Fazenda Real das Minas do Serro do Frio (Quadro 3), considerando a relação de nomes foram identificadas as seguintes localidades de origem: 17 (1-17) não identificados; 9 (18-36) provenientes da Bahia – dos currais da Bahia, dos currais da cidade da Bahia e da cidade da Bahia (Salvador); 2 (27-28) provenientes da Capitania de Pernambuco; 3 (29-31) de Portugal, sem a possibilidade de determinar qual a vila ou cidade; 16 (32-47) provenientes de São Paulo, em sua maioria do Vale do Paraíba.

**Tabela 3** – Arrecadação dos quintos do ouro – Local de Origem e Permanência na Vila do Príncipe

	Nome	Origem	Morador	Informação/fonte
1.	Antônio de Sá da Fonseca	N.I.	N.I.	N.I.
2.	Antônio Pinheiro Guimarães	N.I.	N.I.	N.I.
3.	Damásio de Souza Barros	N.I.	N.I.	N.I.
4.	Faustino da Silva	N.I.	N.I.	N.I.
5.	Francisco Barbosa	N.I.	N.I.	N.I.
6.	Francisco Mendes Barros	N.I.	N.I.	N.I.
7.	Francisco Teixeira de Abreu	N.I.	N.I.	N.I.
8.	Gonçalo Ferreira de Sousa	N.I.	N.I.	N.I.

9.	Jacinto Gonçalves	N.I.	N.I.	N.I.
10.	João Francisco Leite	N.I.	N.I.	N.I.
11.	Manuel Francisco dos Santos	N.I.	N.I.	N.I.
12.	Manuel Luis da Silva	N.I.	N.I.	N.I.
13.	Manuel Soares Lopes	N.I.	N.I.	N.I.
14.	Martinho de Almeida Barbosa	N.I.	N.I.	N.I.
15.	Sebastião Ribeiro	N.I.	N.I.	N.I.
16.	Simão da Silva	N.I.	N.I.	N.I.
17.	Tomás Luiz Moreira	N.I.	N.I.	N.I.
18.	Manuel Pereira	Bahia	Não	“Militar da Bahia que seguiu como imediato do capitão-mor das entradas Francisco Veloso da Silva, juntamente com os militares João da Rocha e Manuel Rodrigues, numa grande arrancada feita em 1720, contra os índios bravos e mocambos desde Jaguaripe, Jequitinhonha, rio Pardo, rio das Contas, Cairu, Conquista até Araçuaí e na qual tomaram parte, como chefes, João Ribeiro Dias, Francisco da Silva Sampaio, Manuel Mendes Maria, José da Mota Verde, João de Sousa Ferreira, Nicolau de Sousa e Silva, Francisco Lopes Villas-Boas e João de Couros Carneiro” (FRANCO, 199, p. 298) [?].
19.	Gonçalo Viegas	Bahia	Não	Comerciantes de gados dos arredores da cidade da Bahia, Salvador (PINTO, 1902)
20.	Hilário Pinto de Almeida	Bahia	Não	Franco (1989, p. 26), “bandeirante baiano que andou no Serro-Frio, no primeiro quartel do século XVIII em busca de ouro”. Ver: LEME. <i>Genealogia Paulistana</i> , “Pinto de Almeida”, v. 3, p. 451.
21.	Izabel Maria da Cruz	Bahia	Não	PINTO, 1902.
22.	João Francisco Feitel	Bahia	Sim	Levava ouro para Salvador (PINTO, 1902).
23.	Mécia Preta	Bahia	Não	PINTO, 1902.
24.	Padre frei Columbano de Santa Escolástica	Bahia	Não	PINTO, 1902.
25.	Padre frei João Batista	Bahia	Não	PINTO, 1902.
26.	Padre Sebastião Rodrigues Benavides	Bahia	Não	PINTO, 1902.
27.	Domingos de Brito da Costa	Pernambuco	Não	PINTO, 1902.
28.	Padre Inocêncio de Carvalho	Pernambuco	Não	PINTO, 1902.
29.	Antônio Rozado	Portugal	Sim	Testamento em 1756; “portugueses que para aqui vieram, se estabeleceram, se casaram ou não se casaram, mas formaram famílias, e cuja descendência é hoje assombrosa” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Cad. 3, n.p.)
30.	Mateus Afonso	Portugal	Sim	Sebastião Lopes Afonso, sem testamento (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Cad. 3, n.p.)
31.	João Lopes Soeiro	São Paulo	Sim	Manuel Jacome Soeiro serviu como vereador em 1764 e 1769 (SILVA, 1928)
32.	Alexandre de Paiva	São Paulo	Não	LEME. <i>Genealogia Paulistana</i> , “Faria Paiva”, v. 7, p. 519.
33.	Antônio Alves [Muniz ou da Silva?]	São Paulo	Sim	No ano seguinte [1726], o Senado comprou uma casa a Manuel de Moura Bexiga, a qual fora de Antônio Alves Muniz, paga a compra com 300 oitavas de ouro e mais uma casinha anteriormente adquirida a Luis da Costa, no valor de 150 oitavas (SILVA, 1928, p. 89). Antônio Alves Silva foi vereador em 1721, 1728 e 1735 (SILVA, 1928).
34.	Antônio Camello [Alcanforado]	São Paulo	Sim	Vereador em 1738 e 1755 (SILVA, 1928); “1740 – 03 de outubro – requerimento de Antônio Camello Alcanforado, escrivão de Órfãos solicitando prorrogação, por mais um ano, de seu exercício” (BRISKIEVICZ, 2017); testamento em 1757 (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Cad. 3, n.p.).

35.	Antônio da Rocha Branco	São Paulo	Não	FRANCO, 1989.
36.	Antônio da Silva Carneiro	São Paulo	Sim	“Numa verificação de 1738 o procurador requereu fossem notificados todos os moradores da Vila, desde a ponte do arraial de Baixo, casas de Antônio da Silva Carneiro... a fim de fazerem suas testadas. Ora, esta ponte do arraial de Baixo, esta casa de Antônio da Silva Carneiro, estão próximas de poucos metros do córrego da Conceição onde Carneiro minerava em data sua” (SILVA, 1928, p. 11-12).
37.	Antônio Gomes de Estrada	São Paulo	Não	FRANCO, 1989, p. 148.
38.	Antônio Soares Ferreira	São Paulo	Sim	Descobridor e guarda-mor das minas do Serro do Frio (PINTO, 1902).
39.	Domingos do Vale Padilha	São Paulo	Sim	Nessa mesma pousada, em 1705 foi <i>quintado</i> Domingos do Valle Padilha, posteriormente senador na Vila do Príncipe. Nela deixou numerosa prole, até hoje extensamente ramificada, e cujo nome se acha perpetuado em o nosso arrabalde – o belo <i>Pasto do Padilha</i> (SILVA, p. 11).
40.	Domingos Lopes [de Moura]	São Paulo	Sim	Procurador do Senado da Câmara em 1726 (SILVA, 1928).
41.	Domingos Teixeira [Pinheiro]	São Paulo	Sim	Vereador do Senado da Câmara em 1728 (SILVA, 1928).
42.	João Martins Gomes	São Paulo	Sim	Patente de capitão Antônio Martins Gomes do Tijuco [irmão?] (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Cad. 56, n.p.).
43.	José Borges Pinto	São Paulo	Sim	Tesoureiro da Fazenda Real entre 01/12/1704 e 1709 (PINTO, 1902).
44.	Lucas de Freitas Azevedo	São Paulo	Sim	FRANCO, 1989, p. 52-53.
45.	Manuel Fernandes [Ribeiro]	São Paulo	Sim	Juiz ordinário no Senado da Câmara em 1766 e 1773.
46.	Paulo Pires de Miranda	São Paulo	Sim	Procurador do ano do Senado da Câmara em 1717 (SILVA, 1928).
47.	Pedro Vaz	São Paulo	Não	Irmão de Antônio Vaz [?]: “sertanista de São Paulo [...] e que agiu no território de Minas Gerais” (FRANCO, 1989, p. 424).

Fonte: Livro da Fazenda Real destas Minas do Serro do Frio e Tucumbira, 1702 (PINTO, 1902, p. 939-962).

## Os portugueses nas minas do Serro do Frio

Os dados relativos aos portugueses que atravessaram o Atlântico e passaram pelas minas do Serro do Frio e sua Vila do Príncipe no período colonial foram compilados pelo alferes Luiz Antônio Pinto. Ele intitulou sua relação de “Portugueses que para aqui vieram, se estabeleceram, se casaram ou não se casaram, mas formaram famílias, e cuja descendência é hoje assombrosa” (ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Caderno 3, n.p.). Ele dividiu os reinóis em dois grupos: os que deixaram testamento (Quadro 4), por isso, opulentados em bens, propriedades e escravos; e que não deixaram testamentos (Quadro 5), por isso, possivelmente, pouco opulentados.

**Tabela 4 – Portugueses falecidos com testamento – 1744-1798**

1.	Pedro Homem Leonardo	1744
2.	Capitão José de Souza Ribeiro	1744
3.	Antônio Mendes Razo	1744
4.	Fructuoso Francisco Guimarães	1747
5.	Capitão Manuel de Almeida Cabral	1751
6.	Antônio Francisco de Carvalho	1755

7.	João Moreira da Silva	1755
8.	Tenente Amaro dos Santos de Oliveira	1756
9.	Antônio Rozado	1756
10.	Guarda-mor Antônio Camelo Alcanforado	1757
11.	Capitão-mor Luiz Vaz de Siqueira Monções	1756
12.	Manuel João Alvarenga	1757
13.	João Leite Pinto	1758
14.	Capitão Antônio Gonçalves Chaves	1758
15.	Manuel Mendes Raso	1758
16.	Antônio Gonçalves Chaves	1758
17.	Tenente-mor Victoriano da Rocha de Oliveira	1759
18.	Capitão-mor Bernardo da Fonseca Lobo	1761
19.	Manuel Teixeira Leão	1761
20.	Manuel Rodrigues de Meireles	1762
21.	Bento Antônio Coelho	1762
22.	Manuel Rodrigues Alvarenga	1765
23.	Antônio Durães	1766
24.	Capitão Antônio Bernardo de Sobral e Almeida	1767
25.	Onofre da Costa Pinheiro	1767
26.	Francisco Martins Ferreira	1768
27.	Antônio de Souza de Araújo	1768
28.	Miguel Rodrigues de Miranda	1772
29.	Sargento-mor Vicente Pereira de Morais e Castro	1774
30.	José Carvalho da Fonseca	1776
31.	Thomé Fernandes Guimarães	1777
32.	André Francisco de Carvalho	1777
33.	Domingos da Costa Villa Real	1778
34.	Capitão João da Costa Coelho	1780
35.	Amaro Machado Balieiro	1781
36.	Luiz de Oliveira Anjinho	1782
37.	Sargento-mor Félix Marinho de Moura	1782
38.	Sargento-mor Francisco Pereira Maciel	1783
39.	Alferes José Ribeiro Sampaio	1783
40.	Manuel Vieira Couto	1785
41.	João Simões Barrocos	1785
42.	Manuel Godinho de Jesus	1785
43.	Capitão João Pinto Coelho	1786
44.	Sargento-mor João Batista Farnesi	1786
45.	Valério de Brito e Souza	1786
46.	Capitão João Ribeiro Pinto	1786
47.	Antônio Durães e Castro	1786
48.	Capitão Js. de Moura e Oliveira	1787
49.	Manuel Antunes dos Reis	1788
50.	Sargento-mor Js. Barata de Lima	1788
51.	Diogo da Silva Guimarães	1789
52.	T. Francisco de Carvalho	1789
53.	Francisco Leite da Mota	1790
54.	Custódio Vieira Costa	1790
55.	Antônio Pires de Moura	1790
56.	Custódio Alves Sampaio	1793
57.	Manuel Durães de Castro	1793
58.	Manuel Gonçalves Nunes	1793
59.	Miguel Gonçalves Vieira	1794
60.	José Batista Rolim	1794
61.	Capitão Bernardo dos Santos Carvalhaes	1794
62.	Antônio José Alves	1794
63.	Silvestre Alves Pereira	1795
64.	Bernardo José Pinto	1795
65.	José de Castro Guimarães	1795

66.	Mateus Luiz Porto	1796
67.	Manuel Nogueira de Araújo	1797
68.	Paulo de Almeida Saraiva	1798
69.	Capitão Antônio Rodrigues da Ca.	1799
70.	João de Castro Porto	1798

Fonte: APMES, Cad. 3, n.p.

**Tabela 5 – Portugueses falecidos sem testamento – 1722-1801**

1.	Alferes Manuel de Moura Bexiga	1722
2.	Gaspar Gonçalves da Cunha	1722
3.	Licenciado Daniel Pinto da Silva	1723
4.	Sebastião Lopes Affonso	1748
5.	Manuel Antônio de Souza	1757
6.	Capitão Custódio de Araújo Guimarães	1763
7.	José Moreira Pinto	1783
8.	José Dias da Costa	1789
9.	Jerônimo de Almeida Brito	1797
10.	Domingos Dias Chaves	1799
11.	Manuel José Caldas	1801
12.	Capitão Marcos da Costa Ribeiro	s.d.
13.	Alferes Manuel Ribeiro Costa	s.d.
14.	Manuel Mendes Raso	s.d.

Fonte: ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA, Cad. 3, n.p.

No total, a relação do alferes Luiz Pinto nomeou 84 portugueses. O maior número de opulentados, o menor número de portugueses que não quiseram gastar seu dinheiro com um testamenteiro. Na lista não aparece qualquer nome de mulher. A princípio, isso poderia indicar uma sociedade serrana formada por famílias tradicionais nos primeiros anos composta basicamente por relações patriarcais, patronais e masculinas, em que os homens teriam absoluta projeção social. Contudo, isso não condiz com os estudos atuais das famílias portuguesas emigrantes para as minas do Serro do Frio.

De acordo com novos estudos, “nas últimas décadas, a história da vida familiar colonial conheceu novas interpretações” (RAMOS, 2008, p. 134) uma vez que “caiu por terra a visão tradicional restrita à análise da família extensa e patriarcal; a instituição deixou de ser descrita de forma monolítica, passando a englobar uma variedade de tipos diferentes” (RAMOS, 2008, p. 134) e “um deles é o da família encabeçada pela mulher, que surge no Brasil como um tipo importante, principalmente no final do período colonial e no período pós-Independência” (RAMOS, 2008, p. 134); dessa forma “tornou-se claro que os domicílios eram menores do que se supunha, revelou-se, também, que o casamento, pelo menos aquele definido como sacramentado pela Igreja, era a escolha de apenas uma pequena parcela da população adulta livre” (RAMOS, 2008, p. 134), apesar do “esforço e a pressão em contrário exercidos pela Coroa portuguesa e pela Igreja Católica” (RAMOS, 2008, p. 134); assim, “para a grande maioria da população livre, o que se observa é a

predominância de uniões consensuais, seja com coabitação ou não” (RAMOS, 2008, p. 134).

Os estudos sugerem que a lista do alferes é um recorte dos documentos oficiais cartoriais que colidem com novas avaliações. A primeira é que “a família portuguesa não era uniforme, sendo marcada por variações regionais distintas” (RAMOS, 2008, p. 134); a segunda é que “os imigrantes que vieram para Minas Gerais eram oriundos, principalmente, do norte de Portugal, uma região socialmente distinta” (RAMOS, 2008, p. 134); e terceiro que “a natureza e estrutura da família do norte de Portugal eram bastante similares às encontradas em Minas Gerais durante o século XVIII e início de século XIX; [...] tais similaridades podem ser explicadas por meio da predominância da imigração norte-portuguesa para a região aurífera de Minas Gerais, a qual tinha, num sentido amplo, características econômicas semelhantes às do norte de Portugal” (RAMOS, 2008, p. 134).

Esta é uma questão importante para os primeiros anos de formação da civilização serrana: qual a origem dos portugueses que chegaram às minas de ouro, quais os seus valores e formas de organização familiar? Será que era tão diferente das formas indígenas e africanas ou havia similaridades? A resposta é que para além de um vago sentido do termo “herança cultural” é necessário buscar os fundamentos políticos em que o trânsito “entre o norte de Portugal e Minas Gerais nasceu da convergência de valores e instituições sociais” (RAMOS, 2008, p. 134), no trânsito entre Brasil e Portugal e, por conta disso, “no final do século XVIII, a configuração sociodemográfica da família de Minas Gerais era muito semelhante à daquela região portuguesa” (RAMOS, 2008, p. 134).

Os portugueses que chegaram às minas do Serro do Frio nos seus primeiros anos saíram majoritariamente do norte de Portugal, das províncias do Minho, Douro e Trás-os-Montes. De fato, a forma de organização política e jurídica dessas províncias e comarcas portuguesas será espelhada nas minas do Serro do Frio. A nação portuguesa é uma das mais antigas da Europa, tanto na sua configuração territorial quanto na divisão dos serviços políticos e jurídicos.

A partir do século XV, Portugal era dividido em grandes unidades administrativas chamadas comarcas, cada uma delas chefiada por um magistrado com poderes administrativo e judicial, representando o poder real na sua jurisdição. Eram “homens bons” chamados tenentes, depois meirinhos-mores e por fim corregedores. No século XVIII, a província e a comarca se separam em suas funções. A comarca ou correição tornou-se uma subdivisão da província, sob a jurisdição do corregedor. A província era comandada por um governador das armas (1641-1836).

Até 1751, havia seis governadores das armas, com seis províncias: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve. Em 1790, todas as ouvidorias foram transformadas em comarcas, com corregedor nomeado diretamente pela Coroa. Em 1801, Portugal era dividido em seis províncias: Província de Entre-Douro-e-Minho (comarcas de Valença, Viana, Braga, Barcelos, Guimarães, Porto e Penafiel); Província de Trás-os-Montes (comarcas de Bragança, Miranda, Moncorvo, Vila Real); Província da Beira (comarcas da Feira, Aveiro, Lamego, Trancoso, Pinhel, Guarda, Linhares, Viseu, Castelo Branco, Arganil e Coimbra); Província da Estremadura (comarcas da Leiria, Ourém, Cinco Vilas (Chão de Couce), Tomar, Alcobaça, Santarém, Alenquer, Torres Vedras, Ribatejo (Vila Franca de Xira), Lisboa, Setúbal); Província do Alentejo (comarcas do Crato, Portalegre, Vila Viçosa, Avis, Elvas, Évora, Beja, Ourique) e Reino do Algarve (comarca do Lagos, Faro e Tavira).

Segundo Boxer (1963, p. 74), a maioria dos imigrantes portugueses que chegaram às minas gerais e por extensão às minas do Serro do Frio e sua Vila do Príncipe e seu termo nos anos seguintes ao descobrimento do ouro e depois dos diamantes veio do norte, da região do Minho.

Isso é confirmado por Ramos (2008, p. 134-135), que acredita no “protótipo nortista” dominante nas minas de ouro, com as províncias do Entre-Douro-e-Minho e a Província de Trás-os-Montes fornecendo um certo modelo de composição familiar. Assim:

Em linhas gerais, pode-se afirmar que no norte havia uma proporção maior de mulheres na população, taxas mais altas de celibato (definida aqui como a percentagem de mulheres que permaneceram solteiras), casamentos mais tardios, altas taxas de ilegitimidade e de abandono de crianças, bem como uma proporção menor de famílias nucleares e, por outro lado, maiores proporções de famílias extensas (envolvendo colaterais, ascendentes e descendentes em um mesmo domicílio) e múltiplas (envolvendo, num mesmo domicílio, unidades familiares com ou sem vínculos de parentesco entre elas) do que em outras regiões de Portugal. O contexto social do norte de Portugal era caracterizado por uma tendência de migração dos homens, ficando as mulheres na chefia das famílias. A partida desses homens significava uma perda de trabalhadores, que, contudo, não eram mais necessários a propriedades rurais pequenas demais para alimentarem famílias numerosas. O fenômeno, por outro lado, propiciava o surgimento de fontes de renda complementares, a serem enviadas ao domicílio português de origem. O grande número de homens que emigraram – para o Brasil e outras colônias portuguesas – causou um forte impacto demográfico em Portugal como um todo, e, notadamente, naquelas regiões onde a migração era mais expressiva – casos das províncias do norte e do centro-norte.

Não há emigração sem a criação de novas dinâmicas de mestiçagens sejam elas demográficas culturais, biológicas, alimentares, tecnológicas, mas acima de tudo com a

possibilidade de surgimento de novos gestos pedagógicos coloniais.<sup>8</sup> Emigrar é reaprender a conviver e a sobreviver. Isso vale para todas as pessoas que chegaram às minas do Serro do Frio: os novos desafios da gente serrana que se encontrou agrupada no território que precisava ser dominado com suas técnicas e tecnologias, suas formas de vida e seus gestos pedagógicos aprendidos em lugares distantes; com idiomas diferentes (muitas línguas eram ouvidas nos primeiros anos vindas da África com sua imensa variedade cultural, de Portugal com seus sotaques regionais, dos indígenas com suas sociedades nômades e seminômades); com formas de organização familiar peculiares (matrifocal, patrifocal, monogâmica ou poligâmica – casamentos oficiais e concubinatos normalizados socialmente); com crenças religiosas das mais variadas.

O que criou a coesão social necessária para permitir a convivência entre pessoas tão diversas culturalmente?

As tentativas bem ou malsucedidas em torno da fortuna do ouro.

O ouro ofuscava o óbvio: a gente serrana não sabia que criava uma nova civilização marcada pelo jeito barroco serrano de ser. Nessa mistura incontrolável de gestos pedagógicos, criou-se a possibilidade de manifestações múltiplas de convivência, reunidas na expressão de uma cultura outra, diferente de tudo o que já havia nos lugares de origens desses homens e mulheres.

### **Considerações finais**

Em conclusão, parece que, de fato, nos últimos anos do século XVII e primeiras décadas do século XVIII, exatamente no período em que os paulistas transitavam pelas minas do Serro do Frio, as relações político-sociais estavam consolidadas em torno do poder simbólico da Coroa portuguesa, em especial na figura ou representação dos bandeirantes ou sertanistas, a versão militarizada colonial da metrópole e da presença massiva da igreja em seus arremedos de salvação, dividindo o mundo entre a cidade dos homens – do qual ela participava recebendo cômmodos e privilégios – e a cidade de Deus – pelo qual ela referendou suas práticas e discursos sociais.

---

<sup>8</sup> O gesto pedagógico colonial resultou das sociabilidades serranas. É que a educação formal (pode ser a escolar ou algo que lhe seja semelhante) e não formal (ou não institucional) e a política oficial do estado e sua relação com o povo constituindo um senso comum são gestos pedagógicos coloniais acionados prioritariamente pelos portugueses em contato constante com múltiplas culturas, propiciando um vasto processo de assimilações e aculturações únicos, conhecidos historicamente como a formação do povo brasileiro, e por extensão do povo que se fez mineiro e do povo que se tornou serrano. A educação – ou ser civilizado – num primeiro momento pode ser definida genericamente como capacidade de entender as ordens alheias, os comandos de outra pessoa (autoridade oficial, familiar, religiosa etc.) e ajustá-las ao cotidiano da própria existência, suprassumindo este ordenamento de fora para dentro, do mundo exterior para a interioridade do sujeito (BRISKIEVICZ, 2021).

Isso é confirmado por Boxer (1963, p. 39), na sua ideia de “sangues mesclados” variáveis nas múltiplas regiões brasileiras (talvez uma herança de Gilberto Freyre em sua noção de cultura): do norte para o sul, no Maranhão predominavam os ameríndios, “vindo os mamelucos e caboclos em segundo lugar, brancos e mulatos em terceiro, e negros por último, representados por pequena cifra” (BOXER, 1963, p. 39); Recife, Salvador e Rio de Janeiro e partes do Espírito Santo, “negros e mulatos predominavam, com brancos puros em segundo lugar, e ameríndios e caboclos em terceiro” (BOXER, 1963, p. 39); São Paulo teria um número maior de mamelucos e “pessoas com mistura de sangue negro, bem como brancos puros, eram relativamente raras” (BOXER, 1963, p. 39); no vale do rio São Francisco, “as três raças mesclavam-se de tal maneira que qualquer afirmação nesse terreno poderia passar de simples conjectura; é possível, entretanto, que as contribuições do sangue negro e ameríndio predominassem nos vaqueiros” (BOXER, 1963, p. 39).

Importante, contudo, sua conclusão sobre a miscigenação racial brasileira como estrutura social em que afirma criticamente:

Que seja como for, houve fortes correntes migratórias vindas de Portugal e das ilhas do Atlântico, por um lado, e da África Ocidental por outro, enquanto os ameríndios estavam sendo dizimados pelas doenças, pelos trabalhos pesados, pelas rígidas aldeias jesuítas, e por outros fatores, formando, assim, uma contribuição que ia diminuindo rapidamente (BOXER, 1963, p. 39).

Em oposição ao conceito de miscigenação de Boxer bastante limitador dos encontros e trânsitos culturais, aplicamos em nossa análise as “dinâmicas de mestiçagens” de Paiva (2015, p. 41-42), como representação importante para explicar as complexas e singulares formações vigorosas e acrisoladas da cultura brasileira, em especial, da cultura serrana. Esta cultura serrana estruturou-se em torno das minas do Serro do Frio e seus processos de colonização, bem como daí surgiu uma coletividade humana capaz de traduzir para as festas, para o cotidiano, para as formas de habitar e vivenciar suas existências, para a construção dos templos religiosos, das suas irmandades leigas, de suas ruas e espaços públicos uma forma de ser e estar no mundo (BRISKIEVICZ, 2022).

Nesse jeito barroco serrano de ser, nas minas do Serro do Frio formaram-se “verdadeiras redes de contatos e de informações, que envolviam gente de ‘qualidades’ e de ‘condições’ diversas” o que gerou de forma inovadora “o surgimento de relações afetivas, de famílias, amizades e negócios, assim como a circulação de ideias e informações de todos os tipos, além de potencializar o vigor das misturas biológico-culturais”; não houve, pois, uma “fusão entre ‘puros’ (agentes, culturas, ‘sangue’) e diferentes ou entre ‘puros’ e ‘impuros’, por vezes colocados em uma espécie de equação na qual a somatória

e a fusão das partes (isto é, das ‘raças’) resultavam em um produto misto” em busca de uma tal “civilização”. Para Paiva (2015), importa a “diversidade de um conjunto e não a sua unicidade”; as dinâmicas de mestiçagens seriam, então, “as práticas históricas que moldaram o cotidiano das relações sociais na Ibero-América, forjando sociedades profunda e indelevelmente mestiçadas”.

Assim, o jeito barroco serrano de ser – a civilização serrana surgida a partir de 1702 – não é apenas uma junção de matrizes raciais – o branco, o negro, o índio – antes, é um jeito barroco mestiçado de ser, seguindo a conceituação de Eduardo França Paiva (2015). As soluções cotidianas para manter e sobrevivência e a convivência entre visões de mundo tão diversos criaram uma forma não melhorada, especial ou fora do normal, antes uma cultura possível. Isto se deve aos ajustes multiculturais que operaram no interior de um contínuo movimento de ensino e aprendizagem e constantemente afetado pelos nascimentos e mudanças de relações na microfísica do poder (FOUCAULT, 2017) no território das antigas minas do Serro do Frio até os dias atuais.

A cultura é constante recriação por oposição ou afirmação suprasumida dos gestos pedagógicos, ou seja, de como as pessoas numa determinada região geográfica vivenciaram as relações de poder, de mando e obediência, de autoridade e de autorizações, de tradição e de contradição das condutas ético-morais criadas e recriadas através do ensino e aprendizagem dos valores e representações sociais.

## Referências

ARQUIVO PESSOAL MARIA EREMITA DE SOUZA. Caderno [3] 00-00-0000 Francisco de Assis Gomes Pinheiro [c], n.p.; Caderno [70] 31-08-1979 São Paulo, n.p.; Caderno [56] 24-04-1978 Vaticano, n.p.

BOXER, Charles Ralph. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *A arte da crônica e suas anotações: história das Minas do Serro do Frio à atual cidade do Serro em notas cronológicas*. (14/03/1702 a 14/03/2003). Porto Alegre: Revolução E-book – Simplíssimo, 2017.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Fundamentação da história da educação brasileira: o gesto pedagógico colonial, os processos para consulta e os regimentos, séculos XVII-XVIII. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 21, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e162>.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *Serro: patrimônio do Brasil*. Curitiba: Appris, 2022.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. v. 17. n. 2. p. 251-294. jul.- dez. 2009.

- CARRARA, Angelo Alves; SANTIRÓ, Ernest Sánchez. Historiografia econômica do dízimo agrário na Ibero-América: os casos do Brasil e Nova Espanha, século XVIII. *Estudos Econômicos*, São Paulo/SP, v. 43, n.1, p. 167-202, jan.-mar. 2013.
- CÓDICE COSTA MATOSO. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Vol. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, p. 313-324.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2017.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: século XVI-XVII-XVIII*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. *Genealogia paulistana*. São Paulo: Duprat & Comp., 1903-1907. 9 vols.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *História da Capitania de São Vicente*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. Tomo I. 5.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Notícias das minas de São Paulo e dos sertões da mesma Capitania*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- LIBBY, Douglas Cole. Mineração escravista. In: SCHWARCS, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 314-321.
- MAZZUIA, M. *Jundiá através de documentos*. Campinas: Palmeiras; Jundiá: Prefeitura Municipal, 1976.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NEME, M. *História da fundação de Piracicaba*. [s/l]: João Mendes Fonseca, 1943.
- PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo*. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII. As dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- PINTO, Luiz Antônio. Memórias municipais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte/MG, n. VII, p. 939-962, 1902.
- PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- QUADRO do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas. São Paulo: IGC, 1995.

RAMOS, Donald. Do Minho a Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 44, p. 132-153, jan./jun. 2008.

SANTOS, Raphael Freitas. *Minas com Bahia: mercados e negócios em um circuito mercantil setecentista*. 2013. 371fl. Tese (Doutorado). Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas Universidade Federal Fluminense, 2013.

SILVA, Dario Augusto Ferreira da. *Memória sobre o Serro antigo*. Serro: Typographia Serrana, 1928.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Civilização. In: *Dicionário de conceitos históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p. 59-62.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.